

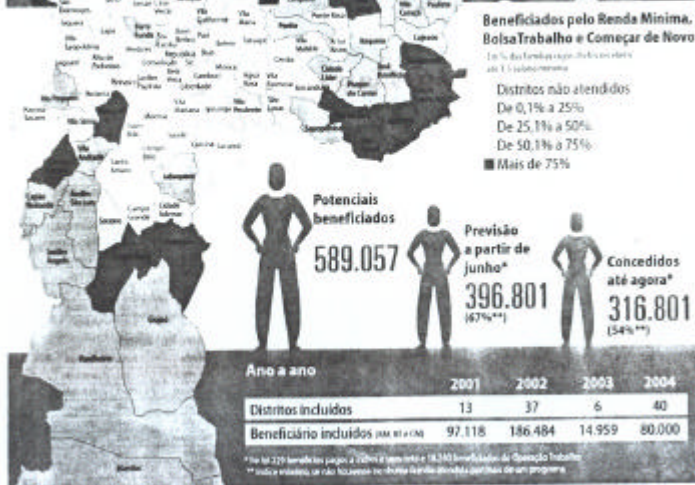
EXCLUSÃO Alcance das ações de transferência de renda chega à metade do prometido pelo governo; até dezembro, índice pode ir a 67%

Marta cumpre 54% de sua meta social

A ABRANGÊNCIA DOS PROGRAMAS SOCIAIS DA PREFEITURA DE SP



Cadastro para o Renda Mínima no Jaçanã



SILVIA CORRÊA

DA REPORTAGEM LOCAL

Os programas de transferência de renda criados pela administração de Marta Suplicy (PT) beneficiaram — até agora — metade da população que a Prefeitura de São Paulo disse que atenderia. Em dezembro, no final do mandato, o governo terá chegado, no máximo, a dois terços da meta.

Em números absolutos isso significa que, desde junho de 2001, quando os pagamentos começaram, 316.801 pessoas receberam pelo menos uma vez o dinheiro dos programas Renda Mínima, Bolsa Trabalho, Começar de Novo e Operação Trabalho.

Há dois anos, no entanto, antes das eleições para o governo do Estado, a administração municipal anunciou que as bolsas beneficiariam, até o final de 2004, 589.057 famílias cujos chefes tinham renda inferior a um salário mínimo e meio. Na prática, não aconteceu.

Agora, na melhor das hipóteses, a ação chegará a 67% dessa meta. Para tanto, o governo tem de pagar os beneficiários a cerca de 80 mil pessoas em 40 dos 96 distritos da cidade. A Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade diz que isso acontecerá até junho — a quatro meses da eleição.

No comando dos programas sociais, o economista Marcio Pochmann, 41, secretário de Trabalho, prefere avaliar o desempenho das ações por outro ângulo: o da abrangência geográfica. "Tinhamos o compromisso de chegar a toda a cidade e vamos chegar. Não há cotas: fez o cadastro e atende

de as exigências, pagamos."

O cadastramento, no entanto, foi aberto uma única vez em cada distrito — em 50 deles, em 2001. De lá para cá, o desemprego atingiu mais 250 mil pessoas na cidade, mas quem perdeu a renda depois que as inscrições terminaram não teve uma segunda chance.

Pior: o cadastro único fez com que simples erros de endereço, por exemplo, tenham sido suficientes para excluir potenciais beneficiários — muitos dos quais aguardam a bolsa até hoje.

Com o cobertor curto, a opção pela expansão geográfica — que garantirá ao PT o direito de dizer que levou os programas a toda a cidade — excluiu a possibilidade de a prefeitura voltar aos bairros e buscar esses carentes sumidos.

"Não ignoro o problema, mas há limitação orçamentária, e escolas têm inegavelmente de ser feitas", diz Pochmann.

Alheia aos vizinhos excluídos, dona Ana Maria, do Jardim Iguaçu (zona leste), está satisfeita. Aos 32 anos e dois filhos, ela sorri contando que, com os R\$ 70 mensais do Renda Mínima, sustenta as crianças e o marido e já comprou uma cama. "É pouco, mas já não preciso pedir. Tem mais que dá até para algumas bolachas."

Em histórias e números, o cenário dos programas sociais é de contradições. São os maiores do país, mas mal chegaram aos excluídos da cidade. Injetam, a cada mês, R\$ 13 milhões em famílias pobres — o suficiente para construir 12 escolas ao ano. Mas, se todas tivessem recebido ajuda ininterrupta, a média mensal de

repasso por beneficiário ficaria em R\$ 50 — pouco para uma cidade na qual 311.318 chefes de família não tinham renda em 2000 e onde consumir as 2.280 calorias diárias sugeridas pela Organização Mundial da Saúde custa R\$ 80 ao mês.

A falta de impacto social é o principal obstáculo no caminho das políticas públicas. "No Brasil, as ações não visam o pobre. Quando visam, não o atingem. Quando o atingem, não melhoram a vida dele", resume Marcelo Neri, 41, pesquisador da Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ).

→ LEIA MAIS na pág. C3

OFERTA PESO PESADO

CAR 1517

F-250 XLT
A MAIOR PICAPÉ DO BRASIL

TAXA A PARTIR DE 0,49% A.M.

A PARTIR DE R\$
85.900

P/r/o/j/e/t/o

Combustível
3385-1200
Av. do Estado, 3210

taxa pré-aprovada de 0,99% (taxa de juros) para todos os clientes, sendo 0,50% de juros e 0,49% de taxa de administração (TAC) são incluídos. Para maiores informações, consulte o gerente da loja.